



Vitória dos trabalhadores: Sindicato ganha ação contra redução de remuneração no BB

Excelente notícia para os bancários e bancárias do Banco do Brasil do Distrito Federal. Foi proferida nesta quarta-feira (22) sentença favorável na ação coletiva movida pelo Sindicato dos Bancários de Brasília contra a redução de remuneração nas funções gratificadas de 6 horas imposta pela instituição financeira no âmbito do novo plano de funções. O Sindicato ingressou com a ação em 28 de junho de 2013 combatendo a redução de salário.

"Buscamos a via negocial, mas a direção do BB preferiu a linha autoritária para implantar o plano de funções. Agora, antes de completar um ano da mudança, temos mais uma decisão favorável aos trabalhadores. A Justiça mostrou que o plano de funções do BB é ilegal. Apesar de caber recurso, a decisão é uma grande vitória para o funcionalismo, uma vez que o banco não conseguiu justificar a redução de salário de milhares de bancários em Brasília e em todo o país", destaca o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**, que também é bancário do BB.

No processo coletivo, o Sindicato defende os trabalhadores incurso nas Funções Gratificadas (FG) que foram atingidos pela redução do Valor de Referência (VR) ou das verbas atinentes à gratificação de função.

Assinada pelo Juiz Raul Gual-

berto Fernandes Kasper de Amorim, da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, a sentença condena o banco a garantir a jornada de 6 horas e a remuneração integral, com pagamento das diferenças desde o momento da redução. O juiz deferiu também os reflexos em férias, 13º salários, FGTS, licenças-saúde, licenças-prêmio e as contribuições para a Previ.

A decisão é francamente favorável aos trabalhadores, estando sujeita a recurso para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Se houver recurso do banco, o Sindicato também vai buscar aprimoramentos na instância superior, como a antecipação de tutela (negada pelo juiz) e a execução em grupos de 20 trabalhadores, uma vez que a sentença determina execução individual.

"A sentença confirma que a estratégia do Sindicato foi acertada, pois esperamos a formação de uma jurisprudência nacional favorável para então entrarmos com a ação. A sentença também corroborou com a tese do Sindicato de que o plano de funções do BB estava equivocado, pois reduziu os salários dos bancários, que permaneceram fazendo as mesmas atribuições, gerando novo passivo trabalhista que deverá ser pago pelo BB aos seus funcionários. A nossa bandeira de luta sempre foi jornada de 6 horas sem redução de salários", afirma o secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, **Wesclly Queiroz**.



Em 28 de junho de 2013, o assessor jurídico Paulo Roberto e o diretor do Sindicato Rafael Zanon protocolaram a ação contra o BB

Luta sem precedentes

Após a luta dos trabalhadores, o BB reconheceu a ilegalidade na jornada de trabalho, mas reduziu em 16% a remuneração dos bancários desse grupo ao passá-los para funções de 6 horas. O Sindicato sempre lutou pela jornada de 6 horas sem redução de remuneração e,

Foto: Drielle Vasti



a partir da implantação unilateral do plano de funções, iniciou uma construção jurídica nacional para combater a diminuição de remuneração nas funções gratificadas.

"Nossa estratégia nacional de luta consistiu em ingressar, primeiro, nos estados onde o judiciário tem entendimento favorável aos trabalhadores sobre o tema, construindo assim jurisprudência positiva, para então ingressar com ações onde existem mais dificuldade nesse assunto, reduzindo o risco de derrotas", explica o diretor do Sindicato **Rafael Zanon**, que também é bancário do BB. *"O Sindicato ingressou com outras ações na Justiça contra o banco para reivindicar os direitos dos bancários e bancárias",* acrescenta.

Superintendência Regional do DF assedia gerentes de agência

Nos últimos meses, a Superintendência Regional do Distrito Federal aumentou o assédio moral no Banco do Brasil contra os gerentes de agência. As denúncias recebidas pelo Sindicato de perseguição, pressão excessiva para o cumprimento de metas e falta de critérios para ascensão profissional persistem em Brasília e no Entorno. Os gerentes de agência passam

por diversos problemas causados pela pressão sofrida pela Superintendência para o cumprimento de metas a qualquer custo. Em virtude dessas ameaças de perda da comissão, muitos funcionários chegam a infringir normativos do banco para conseguir alcançar as metas.

Além do clima de ameaças e tensão causado pela postura da Superintendência, os processos dis-

ciplinares agravam o assédio moral.

O Sindicato alerta os funcionários a cumprirem as normas do banco e orienta os bancários a denunciarem ao Sindicato situações de coação para o descumprimento de normas. Nos casos de pedido de informação, o Sindicato se dispõe a orientar as respostas para que não haja comprometimento e nenhuma apuração tendenciosa por parte do BB.

Falta de valorização

Os administradores reclamam que o banco não valoriza os "prata da casa" quando há possibilidade de ascensão na agência. O Sindicato destaca que a ascensão profissional tem sido marcada por alta carga de subjetividade, levando a favorecimentos pessoais.

Sindicatos discutem futuro da Previ

O Sindicato dos Bancários de Brasília, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), as federações e demais entidades sindicais, assessoradas pela Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), se reuniram com a Previ na terça-feira (21), na sede do fundo de pensão no Rio de Janeiro, para buscar informações a respeito do fim do pagamento do Benefício Especial Temporário (BET), volta das contribuições no Plano 1, dados sobre os números e investimentos dos planos e sobre o estabelecimento de um teto de benefícios na Previ.

Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Eduardo Araújo, que é funcionário do BB, representou a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) na reunião.

Fim do BET e volta das contribuições

As entidades sindicais levaram as preocupações dos participantes da ativa e aposentados do Plano 1 em relação às dificuldades naturais advindas com o fim do Benefício Especial Temporário, instituído e negociado a partir do superávit acumulado em 2010.

Questionada pelos dirigentes sindicais, a direção da Previ esclareceu que com o crédito do mês de janeiro, os aposentados e pensionistas perceberam que os valores recebidos não foram diminuídos em 24,8%, ou seja, o fim do BET de 20% mais a volta da contribuição de 4,8%.

Segundo explicações da Previ, um dos grupos de assistidos que teve um impacto maior na renda mensal foi o grupo de aposentados que recebe o complemento de aposentadoria baseado no Benefício Mínimo (cerca de 2 mil participantes). Isso ocorreu porque, durante a renda extra do BET, o grupo também recebeu uma remuneração bem maior que os 20% a mais. Esse grupo recebia R\$ 960 de Benefício Mínimo + R\$ 1.400 de BET + Aposentadoria da Previdência Pública. Agora, o grupo voltou a receber o Benefício Mínimo + Aposentadoria Pública (INSS).



Reunião com direção da Previ ocorreu no Rio de Janeiro

Volta das contribuições

Volta das contribuições de participantes e Banco do Brasil — em relação à volta das contribuições para os participantes do Plano 1, as entidades sindicais sugeriram que a Previ abra a possibilidade do pessoal que está na ativa de optar por utilizar as reservas acumuladas pela distribuição do BET em contas individuais (siBET - saldo individual do BET) para manter as contribuições suspensas.

A Previ explicou em primeiro lugar que não há risco de perda de saldos para os cerca de 27 mil participantes da ativa do plano 1 em relação a estas reservas individuais. Elas estão em um fundo específico, rendendo atuarialmente o que é previsto (INPC + 5%) até que cada um aposente e receba o montante.

Quanto à proposta de opção por utilizar os valores do siBET para descontar contribuições mensais, a Previ afirmou que tem alguns impedimentos na legislação e que já fez uma consulta à Previc, sem resposta até o momento.

Suspensão das prestações de empréstimos — a CEBB sugeriu para a Previ a possibilidade de suspensão por até seis meses nas prestações dos empréstimos simples. A Previ tem cerca de 70 mil contratos de empréstimos de 56 mil tomadores. Até o dia 17 de janeiro a entidade recebeu o pedido de 18 mil participantes para a suspensão das prestações por 3 meses.

Empréstimos imobiliários — a Previ alegou dificuldades em suspender as prestações dos empréstimos imobiliários porque os contratos têm escrituras públicas e as mudanças gerariam custos para os participantes e haveria problemas de resíduos nos empréstimos ao final.

Investimentos dos planos Previ 1 e Previ Futuro

A Contraf-CUT e as entidades sindicais têm recebido muitas demandas com preocupações dos trabalhadores da ativa e aposentados sobre a saúde financeira dos fundos e aplicações dos planos da Previ. Também tem circulado muitas informações sobre problemas de déficits e perdas nos fundos de pensão brasileiros, tanto pelo efeito das ações em bolsas de valores como de grandes empresas com perdas enormes em seus papéis.

Uma das questões levantadas pela CEBB é se houve alguma perda da Previ nas empresas do Grupo X e se a Previ tem algum investimento no banco BVA.

A direção da Previ informou que não houve nenhuma aplicação no banco BVA e que no Grupo X houve uma perda residual no Previ Futuro porque as ações deles compunham o índice que a Previ persegue em seus investimentos. No entanto, a perda foi pequena porque a Previ saiu antes das gran-

des perdas daquele grupo.

Previ Futuro — perguntada sobre os investimentos e os resultados do Plano Previ Futuro, a direção da entidade afirmou que o Previ Futuro é um plano em fase de acumulação e os investimentos são de longo prazo. O histórico tem sido de boas rentabilidades na última década. É um plano com cerca de 80 mil participantes.

As entidades sindicais cobraram que é necessário melhorar a comunicação sobre o que tem ocorrido com os planos e é necessária uma maior assessoria e educação financeira na questão da escolha dos perfis de investimentos.

Teto de benefícios

A Contraf-CUT e as entidades sindicais questionaram da direção da Previ como está a discussão no âmbito da entidade sobre o estabelecimento de um teto remuneratório para os benefícios. Tem saído na imprensa que haveria um acordo sendo discutido entre o patrocinador BB e a Previc. Sobre esse assunto também temos uma deliberação do 24º Congresso dos Funcionários do BB, uma vez que a qualquer momento pode-se alterar a remuneração dos executivos.

A direção da Previ disse que já se manifestou sobre a questão e que apontou que o teto de benefícios deve ser o salário de diretor do banco (maior função que exige quadro de carreira) como corte no momento da implantação. A partir

dali, o reajuste seria de acordo com os reajustes salariais da ativa, definidos em acordo coletivo.

O presidente da Previ disse que um TAC está sendo construído entre patrocinador e Previc, mas não cabe a Previ falar a respeito enquanto não for formalizado.

Em valores atuais, a remuneração de diretor é cerca de R\$ 44 mil. Segundo a direção da Previ, o maior valor pago hoje pela caixa de previdência como benefício é de cerca de R\$ 39 mil. Existem alguns indivíduos que recebem outros complementos por força de decisão judicial.

Negociações e resoluções congressuais do funcionalismo

No encerramento da reunião, a Contraf-CUT e as entidades sindicais reforçaram que a participação dos trabalhadores nas gestões dos fundos de pensão foram fundamentais para os avanços que vêm ocorrendo desde a reforma estatutária da Previ, que permitiu a eleição direta para diretorias e conselhos do fundo.

Em todos os momentos impor-

taes e decisivos da Previ, as entidades sindicais lideraram as negociações como legítimas representantes dos bancários. Isso ocorreu em 2001 e 2002, quando a luta e os sindicatos impediram os interventores à época de sacar recursos da Previ. Mais tarde, os recursos do Fundo Paridade foram negociados como melhorias de benefícios em 2005. O mesmo se deu com as negociações dos superávits em 2007 e 2010 também sendo revertidos como melhorias e rendas aos participantes.

A Contraf-CUT vai buscar negociações com o Banco do Brasil para

estabelecer em definitivo um teto de benefícios, conforme deliberações do 24º Congresso dos Funcionários do BB, porque qualquer acordo que esteja sendo construído entre o patrocinador e a Previc não resolverá a questão do teto, por se tratar de competência do Conselho Deliberativo da Previ, segundo o regulamento da entidade.

As entidades sindicais também estão na luta contra as resoluções da CGPC 26, pois entendem que elas favorecem os patrocinadores de fundos e expõem os direitos dos trabalhadores a riscos.

Com mais de 700 mil assistidos, Cassi completa 70 anos com melhorias no atendimento e expectativa de avanços



Maior plano de saúde de autogestão do país, a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) completa 70 anos de existência nesta segunda-feira 27. A caixa conta atualmente com mais de 700 mil assistidos em todo o território nacional. Para marcar a data, a diretora eleita de Planos de Saúde e Relacionamento com Clientes da Cassi, **Mirian Fochi**, destaca a importância do plano, as conquistas da entidade, as mudanças em curso promovidas pela pasta e as expectativas da sua gestão para o futuro.

"A Cassi completa em 2014 setenta anos de vida. São setenta anos de muito orgulho para os funcionários do Banco do Brasil. Orgulho pela iniciativa de criação da caixa e orgulho pelo propósito e o papel que ela ocupa no dia a dia dos associados e de seus familiares", afirma Mirian Fochi. "Primeiro gostaria de

homenagear os fundadores da Cassi que em sua inquietude, visão de futuro e luta criaram o que é hoje a maior autogestão do Brasil. Os desafios não são mais os mesmos, mas o propósito continua vivo dentro de nós", destaca.

A realidade do atual sistema de saúde brasileiro apresenta diferentes desafios e exige dos gestores e associados dedicação e disposição para encontrar soluções que continuem mantendo a Cassi entre os melhores planos de saúde do Brasil.

"Tenho discutido esses desafios em todos os locais que tenho visitado e nos textos que tenho disponibilizado tentando dar maior compreensão aos associados. Nesses encontros também tenho colhido muitas opiniões e sugestões que me ajudam na construção de um projeto mais aderente às nossas necessidades", observa.

Segundo Mirian Fochi, "não podemos apenas nos concentrar no presente, temos que continuar olhando para o futuro, e o futuro é cada vez mais pensar na saúde e não na cura de doenças. Nesse contexto, a saúde do trabalhador dos funcionários do Banco do Brasil precisa mudar sua direção e sair do papel coadjuvante para ser protagonista da atuação de nossa caixa".

As cobranças de desempenho impostas pelo BB ao funcionalismo para cumprimento de metas tem levado ao adoecimento, muitas vezes um adoecimento silencioso por medo da perda da sua função ou da interrupção precoce da carreira. A maneira como os dados da saúde de trabalhador são interpretados, e que segundo o banco não apresentam crescimento, diferem do aumento da utilização e dos custos do plano de associados.

"Me orgulho muito de estar como diretora nesta importante data e ainda mais por estar representando os associados. A mesma inquietude e vontade de construir, dispendida pelos fundadores da Cassi, tem orientado a minha conduta frente à gestão da caixa com o único propósito de fazer com que ela se perpetue como a mãe cuidadosa que está sempre disposta a ajudar quando precisamos", finaliza Mirian.

Impacto do fim do BET na Cassi

O Espelho DF questionou a diretora de Planos de Saúde e Relacionamento com Clientes da Cassi, Mirian Fochi, sobre o impacto do fim do Benefício Especial Temporário (BET) da Previ no plano de saúde.

Com o fim do BET, a contribuição que incidia sobre esse benefício extraordinário para a Cassi será cessada, conforme previa o acordo assinado para pagamento do BET. Ou seja, a partir de agora, a contribuição para a Cassi volta a incidir apenas sobre os benefícios e salários regulares.

Entre as respostas publicadas no site www.bancariosdf.com.br, Mirian Fochi esclareceu que "os gestores da Cassi sempre tiveram consciência do grau da transitoriedade destes recursos".

A diretora do plano de saúde também afirmou que foram tomadas medidas orçamentárias para reduzir o impacto da redução de receita, mas que é preciso iniciar um debate mais profundo sobre a situação econômica da Cassi.

BB promove quem dá prejuízo

Em janeiro deste ano, a Justiça do Trabalho da Bahia condenou o BB a pagar R\$ 2 milhões por dano moral coletivo em virtude de prática de assédio moral. Ficou comprovado que a Superintendência Regional do BB ofendia a integridade moral dos empregados para aumentar o volume dos negócios do banco.

O superintendente da época era Rodri-

go Santos Nogueira, que é atualmente primeiro gestor da unidade desenvolvimento sustentável do banco. O cargo equivale ao de diretor na empresa.

Funcionários do BB acabam pagando a conta por condenações como essas de assédio moral. Para tentar coibir essa prática, o Sindicato dos Bancários de Brasília entrou com ação

civil pública na Justiça do DF contra o BB por omissão e contra o diretor de Risco, Renê Sanda, por dano ao erário, em 2012. O objetivo da ação é obter o ressarcimento ao BB de R\$ 500 mil, com juros e correção monetária, pagos como indenizações em três ações trabalhistas.

Confira a matéria completa em www.bancariosdf.com.br.

Entrevista


Rafael Zanon

Diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília e conselheiro deliberativo eleito da Previ

Conselheiro deliberativo eleito da Previ responde a questionamentos sobre o fim do BET e a volta das contribuições

Em janeiro de 2014 terminaram dois benefícios extraordinários que foram criados a partir da distribuição de recursos excedentes do Plano de benefícios 1 da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). O Benefício Especial Temporário (BET) e a suspensão das contribuições eram abastecidos por fundos previdenciais com recursos finitos, e foram criados a partir de um longo debate e consulta formal entre os associados. Nas consultas, com votação via internet e/ou SisBB, ficou claro que esses benefícios iriam acabar, já que eram extraordinários.

O **Espelho DF** entrevistou Rafael Zanon, diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília e conselheiro deliberativo eleito da Previ, que respondeu as perguntas sobre o tema.

Espelho DF – Por que o BET acabou e as contribuições voltaram?

Rafael Zanon – Porque eram benefícios extraordinários com previsão para acabar. A função do plano de previdência é pagar as aposentadorias previstas no regulamento. Pelas reservas matemáticas disponíveis, os benefícios regulamentares ordinários estão garantidos até o falecimento de todos os participantes e pensionistas do fundo de pensão.

Espelho – O que são as reservas matemáticas?

Rafael – São as reservas que abastecem os benefícios previstos no regulamento, como as aposentadorias e pensões.

Espelho – Há um rombo no plano 1? Está faltando dinheiro na Previ?

Rafael – Não. Além dos recursos necessários para honrar as aposentadorias até o falecimento do último associado, está sobrando mais de R\$ 20 bilhões no Plano 1 da Previ. Esse dinheiro que está sobrando é chamado de superávit. Como nos anos anteriores, a boa administração da Previ produziu um superávit no ano de 2013.

Espelho – Se há dinheiro sobrando na Previ, por que as contribuições voltaram e o BET não continua?

Rafael – Porque a norma previdenciária atual define que, para manter ou criar benefícios extraordinários com o dinheiro excedente, deve-se guardar como reserva de contingência um valor que corresponda a 25% de todas as reservas necessárias para o pagamento das aposentadorias. Assim, só pode haver distribuição de recursos se “sobrar” mais do que 25% das reservas matemáticas totais. Neste ano, o montante excedente (superávit) ultrapassou 20% das reservas totais, mas não alcançou os 25%.

Espelho – Por que a legislação diz tem que guardar uma reserva de contingência tão grande assim?

Rafael – Para resguardar as aposentadorias em caso de, por exemplo, crises agudas. Ou seja, não se pode deixar de ter provisionamentos extras.

Espelho – Então a reserva de contingência da Previ, que hoje soma mais de R\$ 20 bilhões, é para garantir a aposentadoria dos associados?

Rafael – Sim. Pelos cálculos atuariais, todas as aposentadorias dos associados e dos pensionistas do Plano 1 estão garantidas até a morte do último beneficiário.

Espelho – Estes benefícios extraordinários podem voltar? Se sim, quando?

Rafael – Sim, existe uma boa probabilidade dos ativos da Previ gerarem resultado superavitário que exceda o valor de 25% do total das reservas matemáticas do plano 1, possibilitando assim uma nova distribuição de excedentes. Em 31 de dezembro de 2014 será finalizado o balanço anual da Previ. Apurando-se um superávit maior de 25%, poderá haver uma negociação para distribuição de superávit.

Espelho – Caso haja uma nova distribuição de superávit, qual seria o formato dos benefícios extraordinários?

Rafael – A legislação determina que o primeiro passo é criar fundos que possibilitem a suspensão da cobrança das contribuições. Se sobrar mais dinheiro do que o necessário para suspensão, haverá um debate entre os associados sobre como seria distribuído este excedente, inclusive com a possibilidade de, dependendo do montante a ser distribuído, criação de benefícios permanentes.

Espelho – Estão previstas eleições na Previ e o assunto causa um grande impacto nos associados. Você, como representante eleito do conselho deliberativo, poderia ter votado para manter o BET e a suspensão das contribuições?

Rafael – Os benefícios extraordinários foram criados e já tinham previsão para acabar, isso sendo de conhecimento dos associados. Nós esgotamos todas as possibilidades “responsáveis”

para garantir a continuidade dos benefícios. Eu luto e atuo por uma gestão ética, responsável, que garanta as aposentadorias futuras, mantenha a boa administração da Previ e respeite a legislação vigente. Assim, eu nunca tomaria uma atitude que desrespeitasse esses princípios ou colocasse em risco o futuro dos benefícios da Previ.

Espelho – Como estes acontecimentos podem afetar a situação do Plano Previ Futuro?

Rafael – O Plano Previ Futuro, do qual eu faço parte, tem uma natureza diferente do Plano 1 e esses acontecimentos (fim do BET e volta das contribuições) não impactam o Previ Futuro. O Plano dos funcionários pós-98 está completando 16 anos de existência e já é um dos maiores do Brasil e da América Latina, com mais de R\$ 4 bilhões em ativos. Os recursos estão sendo bem administrados e já estão propiciando o pagamento de algumas centenas de benefícios previdenciários. A cada ano, a partir da educação previdenciária e de programas como o “REINGRESSO”, estamos aumentando o percentual de funcionários filiados ao plano, dando mais solidez para a garantia dos benefícios futuros.

O desafio continua no Plano Previ Futuro. Além de continuar gerindo bem os recursos do plano, estamos na luta pela conquista de mais oportunidades que possam aumentar nossas reservas e gerar aposentadorias maiores. Por isso, estamos propondo a criação de contribuição sobre a participação nos lucros e vale-alimentação, que seria voluntária e com contrapartida patronal. Também estamos lutando para que os funcionários oriundos dos bancos incorporados possam se associar à Previ.

